



Rio de Janeiro, 17 de março de 2023.

Ofício DCO CBF nº 827/2023

1

Aos

Ilmo. Sr. Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol – STJD

Ilmo. Sr. Procurador-Geral do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol – STJD

C/C: Ilmo. Sr. Presidente da Federação Tocantinense de Futebol

Ilmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva – TJD/TO

Ref.: Partida Tocantinópolis EC vs. Tocantins – Campeonato Tocantinense da 1ª Divisão – data: 12 de fevereiro de 2023. Apuração de Suspeita de Manipulação de Resultado para Apostas Esportivas.

Prezados Senhores,

Cumprimentando-os respeitosamente, servimo-nos do presente para informar que recebemos notificação e relatório da empresa Sportradar (Doc. 1), apontando suspeita de possível violação da integridade da competição por manipulação de resultado na partida entre Tocantinópolis EC e Tocantins EC pelo Campeonato Tocantinense da 1ª Divisão, realizada em 12 de fevereiro de 2023.

A empresa Sportradar é integrante do Sistema Universal de Detecção de Fraudes (UFDS), e, com base análise do mercado de apostas, relatou os seguintes fatos suspeitos em relação à partida em questão:

“Há evidências claras e incontestáveis oriundas dos mercados de apostas fornecendo embasamento para a conclusão de que o curso ou o resultado desta partida foi influenciado ou manipulado ilegalmente com o intuito de auferição (sic) de ganhos patrimoniais ilícitos. O lastro probatório fornece provas de que os apostadores mantinham conhecimento prévio de que a equipe do Tocantins perderia a partida por ao menos seis gols e que ao menos sete gols seriam marcados no total.”



Nesse contexto, diante da gravidade dos fatos relatados, é dever da CBF e dessa DCO informar à Justiça Desportiva, para a devida apuração dos fatos e identificação e punição dos infratores, de acordo com as disposições do Código Brasileiro de Justiça Desportiva – CBJD.

Em paralelo, a CBF informa que poderá instaurar procedimentos administrativos internos, para apuração de violação ao RGC e REC e aplicação das penalidades administrativas cabíveis, bem como comunicará à Comissão de Ética do Futebol Brasileiro, para apuração e abertura do competente processo ético, e ao Ministério Público do Estado do Tocantins, para a devida apuração, instauração de inquéritos e eventual responsabilização criminal dos infratores.

Portanto, com as devidas vênias, frisa-se que é essencial a apuração minuciosa dos fatos e, uma vez confirmados, a punição rigorosa dos infratores.

Diante do exposto, a CBF requer a V. Sas. a instauração dos competentes procedimentos para a devida apuração dos fatos e, se confirmados, a responsabilização dos infratores, na forma da Lei e do CBJD.

Sendo o que nos cumpria informar para o momento, renovamos nossos protestos da mais alta estima e distinta consideração, subscrevendo-nos.

Atenciosamente.

Julio Avellar

Diretor de Competições